



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 8/XII/ 1.ª SL

Aos 31 dias do mês de Agosto de 2011, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da acta nº 7 (24 de Agosto).
2. Projecto de Lei nº 17/XII/1ª: "Introduz medidas de transparência e anti-especulativas na formação dos preços dos combustíveis".
 - Apreciação e votação das Conclusões e do Parecer
 - Relator: Deputado Luís Meneses (PSD)
3. Petições n.º 145/XI/2.ª e n.º 153/XI/2.ª – "Ramal de Beja e outras Dores de Alma".
 - Apreciação e votação do Relatório final
 - Relator: Deputado João Figueiredo (PSD)
4. Petição n.º 20/XII/2ª - "Solicitam a manutenção e o melhoramento dos comboios regionais no Ramal de Cáceres (Torre das Vargens – Marvão)".
 - Apreciação da nota de Admissibilidade e nomeação de relator (a)
 - Relator(a): cabe ao Grupo Parlamentar do PSD
5. Projecto de Resolução n.º 34/XII/1.ª (PS), que "Recomenda ao Governo a manutenção da linha ferroviária entre o Porto e Vigo, bem como a modernização da linha e do matéria circulante".
 - Apresentação e discussão
6. Projecto de Resolução n.º 52/XII/1.ª (PCP), "Pela correcta repartição de receita dos passes intermodais e combinados pelos operadores de transportes".
 - Apresentação e discussão
7. Projecto de Resolução n.º 53/XII/1.ª (PCP), "Recomenda uma profunda alteração no financiamento da empresa Metro do Porto, S.A., que permita o relançamento faseado da 2.ª fase da rede do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto, incluindo a extensão da Linha Verde, entre o ISMAI (Maia) e a Trofa".
 - Apresentação e discussão
8. Projecto de Resolução n.º 17/XII/1ª (PCP), que "Recomenda ao Governo a urgente construção do IC35".
 - Apreciação da informação resultante da discussão em Comissão
9. COM(2011)315: Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à normalização europeia e que altera as Directivas 89/686/CEE e 93/15/CEE e as Directivas 94/9/CE, 94/25/CE, 95/16/CE, 97/23/CE, 98/34/CE, 1999/5/CE, 2004/22/CE, 2007/23/CE, 2009/105/CE e 2009/23/CE do Parlamento Europeu e do Conselho (Texto relevante para efeitos do EEE)
 - Apreciação e votação do relatório
 - Relator: Deputado Duarte Cordeiro (PS).



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 8/XII/ 1.ª SL

10. Requerimento do Grupo Parlamentar do PS - Audição do Senhor Ministro da Economia e do Emprego relativamente ao projecto "Alta Velocidade Ferroviária".

- Apresentação, apreciação e votação

11. Requerimento do Grupo Parlamentar do PS - Audição do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações relativamente à suspensão da concessão rodoviária do Baixo Tejo.

- Apresentação, apreciação e votação

12. Petição n.º 171/XI/2.ª – “Contra as Portagens na A25, A24 e A23” e Petição n.º 174/XI/2.ª – “Contestam a introdução de portagens nas A23 e A25”.

- Audição dos Peticionários no âmbito da Lei do Direito de Petição

13. Petição n.º 171/XI/2.ª – “Contra as Portagens na A25, A24 e A23” e Petição n.º 174/XI/2.ª – “Contestam a introdução de portagens nas A23 e A25”.

- Apreciação e votação do Relatório final

- Relator: Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS)

14. Outros assuntos.

1. Apreciação e votação da acta n.º 7 (24 de Agosto).

A acta n.º 7, relativa à reunião da Comissão do dia 24 de Agosto, foi aprovada por unanimidade.

2. Projecto de Lei n.º 17/XII/1ª – “Introduz medidas de transparência e anti-especulativas na formação dos preços dos combustíveis”.

- Apreciação e votação das Conclusões e do Parecer

- Relator: Deputado Luís Menezes (PSD)

O Senhor Deputado Luís Menezes (PSD) apresentou sucintamente o parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 17/XII/1.ª.

Usou da palavra o Senhor Deputado Duarte Cordeiro (PS), para dar conta que, apesar de o seu grupo parlamentar concordar com o parecer, iria deixar para Plenário a sua posição quanto à matéria de fundo.

Submetidas à votação, foram as partes I e III do parecer aprovadas por unanimidade.

3. Petições n.º 145/XI/2.ª e n.º 153/XI/2.ª - "Ramal de Beja e outras Dores de Alma".

- Apreciação e votação do Relatório final

- Relator: Deputado João Figueiredo (PSD)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 8/XII/ 1.ª SL

O Senhor Deputado João Figueiredo (PSD) apresentou o parecer conjunto de ambas as petições.

Usou da palavra o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS), para reafirmar a defesa, por parte do seu grupo parlamentar, na aposta do transporte ferroviário.

O Senhor Deputado João Ramos (PCP) informou que o seu grupo parlamentar votará favoravelmente o relatório e expressou discordância da resposta que o Governo deu ao pedido de informações que a Comissão fez a respeito da matéria objecto destas petições.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado João Paulo Figueiredo (PSD), para esclarecer que o relatório espelha a situação que se verificava durante a existência das obras e a que continuou a existir depois de as obras terem terminado, que é a necessidade de transbordo em Casa Branca.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade.

4. Petição n.º 20/XII/2.ª - "Solicitam a manutenção e o melhoramento dos comboios regionais no Ramal de Cáceres (Torre das Vargens – Marvão)."

- Apreciação da nota de Admissibilidade e nomeação de relator (a)

- Relator(a): cabe ao Grupo Parlamentar do PSD

Após ter sido aprovada por unanimidade a nota de admissibilidade, foi nomeado o Senhor Deputado Adriano Rafael Moreira (PSD) para elaborar o relatório sobre esta petição.

5. Projecto de Resolução n.º 34/XII/1.ª (PS), que "Recomenda ao Governo a manutenção da linha ferroviária entre o Porto e Vigo, bem como a modernização da linha e do matéria circulante".

- Apresentação e discussão

Este ponto da ordem do dia foi adiado para a reunião seguinte.

6. Projecto de Resolução n.º 52/XII/1.ª (PCP), "Pela correcta repartição de receita dos passes intermodais e combinados pelos operadores de transportes".

- Apresentação e discussão

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) apresentou o Projecto de Resolução em causa, realçando o facto de o serviço de transportes se ter alterado substancialmente nos últimos 20 anos e de o modelo de repartição das receitas de venda dos passes intermodais se manter inalterado desde 1989. Actualmente, as empresas públicas, principalmente o Metropolitano de Lisboa, transportam muito mais gente, até devido ao alargamento da rede, e as empresas privadas passaram a transportar menos pessoas do que em 1989, no entanto, continuam a receber a mesma parte das receitas. Alertou também para o facto de uma correcção na repartição das receitas vir dar cumprimento a sucessivas recomendações do Tribunal de



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 8/XII/ 1.ª SL

Contas constante de relatórios de auditorias ao Metropolitano de Lisboa e que a resolução deste problema pecará por tardia.

A Senhora Deputada Carina Oliveira (PSD) defendeu que o problema em questão já se arrasta e poderia ter sido resolvido há bastante tempo. Informou que o seu grupo parlamentar não iria pronunciar-se de forma avulsa sobre este problema, porque, conforme consta do memorando de entendimento com a troika, até final do ano o plano estratégico dos transportes implicará mudanças profundas nesta área. Concluiu, criticando o teor da exposição de motivos.

Por sua vez, o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) referiu que o PS acompanha as preocupações expressas neste Projecto de Resolução. Realçou o facto de se estar perante uma pretensão que pode implicar uma melhoria dos orçamentos das empresas públicas de transportes. Destacou, ainda, o aumento gravoso no preço dos transportes para os utentes. Concluiu, considerando totalmente desajustada a repartição das receitas das vendas dos passes intermodais.

Pela Senhora Deputada Catarina Martins (BE) foi afirmado que o seu grupo parlamentar subscreve as preocupações do PCP a este respeito. Alertou para o facto de, na alteração da repartição, deverem ser ponderados também factores de mobilidade e sustentabilidade ambiental. Concluiu, criticando o PSD por afirmar subscrever as preocupações apresentadas por outros grupos parlamentares mas nunca emitir opinião, remetendo para planos nacionais em preparação.

O Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) considerou que este Projecto de Resolução é pertinente, mas lembrou o compromisso assumido com a troika, o qual foi assinado também pelo PS, e a profunda reestruturação que está em preparação nesta área dos transportes, onde muitas destas matérias serão tidas em conta. Tendo referido que o Governo está também a fazer uma avaliação do que é o serviço público nesta área, concluiu que fazia sentido esperar pela proposta do Governo.

Para concluir esta discussão, tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), para reiterar que o que se pretende com este Projecto de Resolução é apenas uma recomendação para que se altere o sistema actual. Referiu que há um problema concreto, que tem a ver com o facto de as empresas públicas estarem a financiar as empresas privadas e de isso poder continuar a acontecer num próximo sistema tarifário, e que não é necessário recorrer a um plano estratégico de transportes para o resolver. Reafirmou ainda que se trata de seguir apenas uma recomendação de gestão racional e recursos.

7. Projecto de Resolução n.º 53/XII/1.ª (PCP), "Recomenda uma profunda alteração no financiamento da empresa Metro do Porto, S.A., que permita o relançamento faseado da 2.ª fase da rede do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto, incluindo a extensão da Linha Verde, entre o ISMAI (Maia) e a Trofa".

- Apresentação e discussão

Este ponto da ordem do dia foi adiado para a reunião seguinte.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 8/XII/ 1.ª SL

8. Projecto de Resolução nº 17/XII/1ª (PCP), que "Recomenda ao Governo a urgente construção do IC35".

- Apreciação da informação resultante da discussão em Comissão

O Senhor Presidente deu conta de ter sido distribuída a informação respeitante à discussão deste Projecto de Resolução e que a mesma iria ser enviada à Senhora Presidente da Assembleia da República.

9. COM(2011)315: Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à normalização europeia e que altera as Directivas 89/686/CEE e 93/15/CEE e as Directivas 94/9/CE, 94/25/CE, 95/16/CE, 97/23/CE, 98/34/CE, 1999/5/CE, 2004/22/CE, 2007/23/CE, 2009/105/CE e 2009/23/CE do Parlamento Europeu e do Conselho (Texto relevante para efeitos do EEE)

- Apreciação e votação do relatório

- Relator: Deputado Duarte Cordeiro (PS).

O Senhor Deputado Duarte Cordeiro (PS) apresentou o relatório, realçando o facto de esta proposta de regulamento vir depois permitir a criação de um conjunto muito maior de normas europeias com influência na nossa realidade.

Interveio, a este propósito, o Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD), para afirmar que o documento é marcante para a área da normalização e muito importante para a concorrência. Recordou ainda o amplo processo de discussão sobre a matéria e o reforço do envolvimento das pequenas e médias empresas na produção de normativos. Concluiu, reafirmando a importância que esta iniciativa vai ter para um pequeno país como Portugal.

Pelo Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) foi referida a grande importância desta matéria, de carácter estratégico para o desenvolvimento económico e social. Referiu ainda o facto de um conjunto de matérias que exigem um escrutínio e reflexão sobre a própria opção política de normalização europeia, questionando se o que se pretende são standards europeus ou standards internacionais. Concluiu que, apesar de não discordar do relatório, tendo em consideração as dúvidas de fundo expressas, o Grupo Parlamentar do PCP iria abster-se nesta votação.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Duarte Cordeiro (PS), para afirmar que compreende a posição assumida pelo Grupo Parlamentar do PCP, mas também acompanha a posição positiva expressa pelo PS, reafirmando que esta proposta de regulamento vai abrir em muito o espaço de intervenção das normas comunitárias nas nossas empresas.

Submetido à votação, foi o relatório aprovado, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e as abstenções do PCP e do BE.

10. Requerimento do Grupo Parlamentar do PS - Audição do Senhor Ministro da Economia e do Emprego relativamente ao projecto "Alta Velocidade Ferroviária"



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 8/XII/ 1.ª SL

- Apresentação, apreciação e votação

O requerimento foi apresentado pelo Senhor Deputado Duarte Cordeiro (PS), que destacou a divergência entre declarações do Senhor Ministro da Economia e do Emprego e o Programa do Governo bem como contradições entre diferentes intervenções do Senhor Ministro a propósito deste projecto.

Usou da palavra o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), para lembrar que o seu grupo parlamentar tinha apresentado um projecto de resolução sobre o modelo de financiamento deste investimento, que foi rejeitado. Definiu a situação em torno deste investimento como uma trapalhada e fez a distinção entre a opção por uma bitola europeia e a alta velocidade. Afirmou ainda não se opor a que seja discutida com profundidade e clareza a opção defendida pelo Governo, tendo criticado a indefinição e a suspensão de projectos estruturantes. Esclareceu, finalmente, que a este propósito há várias questões que devem ser esclarecidas e pensadas, pois há investimentos estruturantes que o PCP defendia e continua a defender, embora discorde do modelo de negócio.

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) informou que o seu grupo parlamentar iria votar a favor do requerimento, porque defende que todos devem ser esclarecidos sobre este projecto. O BE defende o investimento público estruturante na ferrovia, que passa pelo investimento na bitola europeia. Frisou, finalmente, que o seu grupo parlamentar é contra o modelo de negócio adoptado para este projecto.

Por sua vez, o Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD) expressou perplexidade pela existência deste requerimento, menos de um mês depois de o Senhor Ministro ter estado presente em reunião da Comissão. Referiu que o Senhor Ministro já referiu que o que será feito é o que consta do Programa do Governo e que até final de Setembro haverá uma posição definida e clara sobre a reanálise do projecto do TGV. Assim, entende inoportuno solicitar agora a vinda do Senhor Ministro à Comissão para prestar esclarecimentos sobre este projecto. Concluiu, realçando uma série de equívocos que, em sua opinião, estavam expressos no requerimento e dando conta do voto contra do seu grupo parlamentar.

O Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) criticou a actuação do PS nesta área, durante o anterior Governo; realçou a não existência de visto do Tribunal de Contas aos contratos entretanto celebrados. Tendo considerado que há várias questões que merecem ponderação e análise rigorosa, defendeu que se deve esperar pela solução que o Governo irá apresentar durante o mês de Setembro.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Duarte Cordeiro (PS), para registar o incómodo que este assunto criou nos Deputados do PSD e do CDS-PP e para reafirmar que o que o PS pretende é ouvir o Senhor Ministro da Economia e do Emprego, que, aparentemente, não tem as mesmas certezas expressas pelos Deputados do PSD e do CDS-PP. Finalmente, realçou a quebra de consenso em ouvir o Senhor Ministro sempre que se verificasse necessário, quando o próprio Ministro se tinha disponibilizado para tal, e informou que o seu grupo parlamentar iria ainda apresentar outro requerimento para ouvir o Senhor Ministro sobre o passe social +.

Submetido à votação, foi o requerimento rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP, do BE e do PEV.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 8/XII/ 1.ª SL

11. Requerimento do Grupo Parlamentar do PS - Audição do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações relativamente à suspensão da concessão rodoviária do Baixo Tejo.

- Apresentação, apreciação e votação

O Senhor Deputado Duarte Cordeiro (PS) apresentou o requerimento, afirmando não conseguir perceber a dimensão do cancelamento desta concessão e o seu impacto nas obras em curso, bem como a justificação económica dada pelo Governo sobre esta matéria.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) reiterou a posição de discordância sobre o modelo de negócio adoptado, já referida para a questão da ferrovia, e que se aplica plenamente a este caso.

Pelo Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD) foi realçado o ponto de partida deste investimento e o compromisso do Senhor Ministro da Economia e do Emprego de ter um plano integrado de transportes terminado em Setembro, razão pela qual não se justifica a sua audição casual a propósito desta matéria.

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) considerou importantes os esclarecimentos que o Governo tiver para prestar sobre o assunto e considerou absurdo a questão não poder ser debatida porque se aguarda uma posição sistémica do Governo.

O Senhor Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP) defendeu que a suspensão faz sentido quando se está a fazer uma reavaliação, a qual consta dos compromissos assumidos também pelo PS, que assinou o memorando de entendimento com a troika. Assim, defendeu que se aguardasse a expressão de posição por parte do Governo.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Duarte Cordeiro (PS), para citar declarações de Deputados do PSD do círculo eleitoral de Setúbal e para reafirmar que o seu grupo parlamentar pretende que o Senhor Secretário de Estado venha à Comissão clarificar a decisão que anunciou. Concluiu afirmando não compreender por que razão o PSD vai votar contra o requerimento quando é obrigação dos Deputados ouvir os membros do Governo.

A este propósito, ainda tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD) para completar as citações das declarações referidas pelo orador antecedente.

Submetido à votação foi o requerimento rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE.

12. Petição n.º 171/XI/2.ª – “Contra as Portagens na A25, A24 e A23” e Petição n.º 174/XI/2.ª – “Contestam a introdução de portagens nas A23 e A25”.

- Audição dos Peticionários no âmbito da Lei do Direito de Petição

A partir deste momento assumiu a presidência o Senhor Vice-Presidente, Deputado Hélder Amaral (CDS-PP).



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 8/XII/ 1.ª SL

Procedeu-se à audição dos peticionários das petições n.º 171/XI/2.ª, representados pelos Srs. Francisco Manuel Almeida, António de Jesus Fernandes de Matos, Luís Pereira Garra, António Manuel Alves Serafim, Avelino Mesquita e Ilda Silva Bernardo, e n.º 174/XI/2.ª, representados pelo Sr. Luís Baptista Martins.

Iniciada a audição dos peticionários das petições n.º 171/XI/2.ª e 174/XI/2.ª, o Senhor Luís Baptista Martins, primeiro signatário da petição n.º 174/XI/2.ª fez uma apresentação em Powerpoint, na qual realçava as estradas alternativas às A23 e A25 bem como as diferenças de rendimentos dos habitantes das diferentes regiões do país, reiterando as razões já aduzidas na petição para a não introdução de portagens naquelas vias.

De seguida, o Senhor Francisco Manuel Almeida, primeiro signatário da petição n.º 171/XI/2.ª fez uma intervenção na qual referiu os critérios usados pelo Governo para a criação de SCUT, realçando que as A23, A24 e A25 cumpriam todos os requisitos. Argumentou que o não pagamento de portagens defende o interior e ajuda o país, pois, a médio prazo, a introdução de portagens será extremamente prejudicial para o país, até do ponto de vista orçamental e fiscal. Concluiu, informando que em Setembro a Comissão de Utentes irá reunir de novo e, se se mantiver a intenção de introduzir portagens nestas vias, ponderará a realização de protestos.

Usou da palavra a Senhora Deputada Catarina Martins (BE), para cumprimentar os peticionários e referir que a posição do seu grupo parlamentar é clara, a favor da suspensão da introdução de portagens nas vias referidas, lembrar que apresentou um projecto de resolução sobre o assunto, já agendado para discussão em Plenário, e afirmar que acompanha as preocupações expressas nas petições em apreço.

A Senhora Deputada Paula Santos (PCP) cumprimentou os peticionários e afirmou que o seu grupo parlamentar é contra a introdução de portagens, tanto nestas como noutras vias que tinham a classificação de SCUT. Referiu o impacto económico e social da introdução das portagens e deu conta que também o PCP apresentou um projecto de resolução sobre esta matéria.

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) cumprimentou os peticionários e deu conta do esforço realizado para cumprir todos os procedimentos necessários para que os relatórios destas petições possam ser discutidos em Plenário, em conjunto com os projectos de resolução referido pelas oradoras antecedentes.

O Senhor Deputado Paulo Campos (PS), após cumprimentar os peticionários, referiu que a coesão territorial e o desenvolvimento do país a uma só velocidade são preocupações do PS, tendo realçado o trabalho do anterior Governo na área da política de infra-estruturas rodoviárias no interior do país.

Usou também da palavra o Senhor Deputado Paulo Cavaleiro (PSD), para cumprimentar os peticionários, realçar a coerência do PSD na defesa do princípio do utilizador/pagador e da universalidade. Recordou que o modelo das SCUT contribuiu para um asfixiar das contas públicas e que o PSD já no Programa do Governo dizia o que pensava sobre este assunto.

Finalmente, o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) defendeu o princípio do utilizador/pagador e referiu a coerência do seu partido, que sempre foi contra o modelo de



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 8/XII/ 1.ª SL

pagamento, o modelo das SCUT, o modelo das isenções e sempre alertou para o facto de que este modelo, mais cedo ou mais tarde, traria prejuízos às populações.

Para concluir a audição, usaram da palavra os representantes dos peticionários, tendo o Senhor Francisco Almeida (primeiro signatário da petição n.º 171/XI/2.ª) referido o caso de autarcas do PSD que defendem as SCUT e de pessoas com opções políticas muito diversas que estão unidas na luta contra as portagens; e o Senhor Luís Baptista Martins (primeiro signatário da petição n.º 174/XI/2.ª) reiterado informação já fornecida sobre valores a pagar nas portagens que serão introduzidas nas SCUT e a falta de alternativas ao transporte rodoviário.

13. Petição n.º 171/XI/2.ª – “Contra as Portagens na A25, A24 e A23.” E Petição n.º 174/XI/2.ª – “Contestam a introdução de portagens nas A23 e A25.”

- **Apreciação e votação do Relatório final**
- **Relator: Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS)**

Concluída a audição dos peticionários, o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) apresentou o relatório sobre ambas as petições, tendo realçado mais uma vez os esforços para se conseguir cumprir todos os procedimentos para que o relatório seja discutido conjuntamente com os projectos de resolução agendados para Plenário para daí a dois dias.

Usaram da palavra, a este propósito, a Senhora Deputada Paula Santos (PCP), para discordar da posição do Governo na resposta dada ao pedido de informações que lhe foi dirigido e para informar que o seu grupo parlamentar iria entregar uma declaração de voto escrita; e o Senhor Deputado Paulo Cavaleiro (PSD), para realçar a diferença do comportamento do Governo em funções em relação ao Governo anterior, no que toca a esta matéria.

Finalmente, submetido à votação, foi o relatório aprovado por unanimidade.

A Sr.ª Deputada Paula Santos (PCP) informou que iria entregar uma declaração de voto do seu grupo parlamentar, a propósito desta votação.

14. Outros assuntos.

O Senhor Deputado Luís Menezes (PSD) referiu o facto de o relatório de auditoria da Inspeção Geral de Finanças à Estradas de Portugal ter sido apresentado na Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública e considerou que esta é matéria também da competência da Comissão de Economia e Obras Públicas. Apresentou um requerimento oral para que as audições da Estradas de Portugal e da IGF, já requerida e aprovada na COFAP, fosse realizada em audição conjunta e para que o Senhor Presidente solicitasse o envio também à CEOP da documentação referida. Concluiu sugerindo ainda ao Senhor Presidente que aborde em reunião de Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares a questão dos diplomas e iniciativas que apenas baixam à COFAP quando também são matérias de competência de outras comissões, nomeadamente da CEOP.

Usou da palavra o Senhor Deputado Duarte Cordeiro (PS), para solicitar o adiamento da votação desse requerimento para a reunião seguinte.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 8/XII/ 1.ª SL

A reunião foi encerrada às 14:25 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 02 de Setembro de 2011.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAMPOS FERREIRA)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 8/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Agostinho Lopes
Ana Paula Vitorino
Carina Oliveira
Catarina Martins
Cláudia Monteiro de Aguiar
Duarte Cordeiro
Eduardo Teixeira
Fernando Jesus
Fernando Serrasqueiro
Hélder Amaral
Helóisa Apolónia
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Luís Menezes
Nuno Encarnação
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Saraiva
Rui Paulo Figueiredo
Afonso Oliveira
António Leitão Amaro
Basílio Horta
Bruno Dias
João Figueiredo
João Ramos
Nuno Serra
Paulo Cavaleiro
Paulo Simões Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Nuno Filipe Matias
Pedro Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: